

A FAMÍLIA E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL *

Josefa Jorge Moreira **

RBEEn/06

MOREIRA, J. J. — A família e a paternidade responsável. *Rev. Bras. Enf.*; DF, 33 : 81-91, 1980.

INTRODUÇÃO

“Desde o momento em que nasce o homem é um consumidor”.

A disposição e seleção dos textos deste trabalho obedecem a intenções de aspectos, casuísticas relevantes na exploração do tema demográfico brasileiro. Além dessa orientação outros balizamentos foram fixados.

Primeiramente, o enfoque se faz sobre a gênese e mutações a cerca de “Problemas Brasileiros”. Antes do advento do Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969 (regulamentado pelo Decreto n.º 68.065, de 14 de janeiro de 1971), que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todo país e dá outras providências, diz o § 2.º do artigo 3.º “no sistema de ensino Superior inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada como complemento sob a forma de “ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS. E, co-

mo bem situa o Parecer n.º 94/71 sobre Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica aprovado em 4 de fevereiro de 1972, que a Disciplina “visa a tratar das questões nacionais que, pela sua importância, significado e atualidade, merecem um destaque especial junto à juventude universitária. Continua o Parecer: O ensino da disciplina *Estudo de Problemas Brasileiros* terá caráter complementar. Deve entender-se que completará os conhecimentos doutrinários e consolidará os hábitos e atitudes adquiridos pelo educando no Plano da Educação Moral e Cívica.

Por outro lado, a própria denominação da disciplina ESTUDO DE e não ESTUDO DOS PROBLEMAS BRASILEIROS — está a evidenciar que, de um lado, não teve o legislador a pretensão de cometer à escola a tarefa inviável de dar a conhecer a seus alunos *todos* os problemas brasileiros, e que, de outro lado, não foi sua intenção compelir o estabelecimento de ensino a proporcionar, indistintamente, a todos os estu-

* Trabalho classificado em 2.º lugar no Concurso Nacional de Problemas Brasileiros, realizado em 1973.

** Professora da Escola de Enfermagem Ana. Néri - UFRJ.

dantes, fosse qual fosse o curso em que estivessem matriculados, um programa de estudo único e rigidamente traçado.

em ao contrário, o que defluiu, não só de exame da denominação dada à disciplina, assim como o texto do § 1.º do art. do Decreto 68.065/71, é que se procurou, em primeiro lugar, colocar a juventude universitária a par dos magnos problemas nacionais, tanto em sua formulação, quanto em sua gama de soluções". (1) Hoje, porém, *Problemas Brasileiros* aparece caracterizado como situação problema, em face das alterações da realidade reclamados pelo desenvolvimento do país.

Em seu "Ensaio sobre a população", Malthus afirmava que a população cresce em progressão geométrica, enquanto que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, o que fora de dúvida era um grito de alerta para o problema futuro do crescimento demográfico.

O planejamento familiar traduz um fator decisivo do desenvolvimento econômico, como utilização eficaz dos recursos humanos e como uma inversão com rendimentos mais ou menos apreciáveis — tem sido a generalização cada vez maior da idéia do planejamento. Em outras palavras, atualmente se constata quase que em toda parte um duplo reconhecimento: o da necessidade do planejamento familiar e o da exigência de integrar essa planificação com a planificação geral da economia. Os procedimentos técnicos exigidos por estes problemas não são de modo algum, simples, e não podem ainda ser considerados solvidos. Constituem entretanto o desafio imediato que as condições históricas atuais impõem à inteligência ontemporânea.

Orientar, educar o indivíduo no planejamento, porém deixar ao seu livre arbítrio, a última palavra porque "limitar a natalidade não é extingui-la", e como ser humano, tem ele o direito

de saber, quando, em que condições e por que deve ter filhos. O progresso técnico a que se acha vinculado atualmente o mundo, deve se coadunar com os procedimentos tecnológicos surgidos em espaços sociais distantes tanto geográfico como socialmente, e constitui talvez o problema essencial com que se defrontam com referência à técnica, os países em estágios econômicos ainda em período de transição ou inferiores, de desenvolvimento.

É nessa espécie de sociedade, mais do que, nas que se encontram em plena maturidade que funcionam os *sistemas esclarecedores de paternidade consciente* com maior eficácia possível. Por conseguinte, *estão forçados* a ultrapassar etapas e a utilizar para isso todo meio comprovadamente humanizante para tornar mais rápida a assimilação do que foi transmitido, sem contudo ferir a dignidade humana.

A FAMÍLIA

"O Amor é a única resposta sadia e satisfatória ao problema da existência humana".

Erich Fromm

Até o século XIX prevaleceu entre historiadores, filósofos, juristas e até sociólogos a teoria de que o tipo primitivo ou a forma mais elementar de toda a sociedade humana teria sido a família patriarcal, dando-se por modelo a dos patriarcas judeus, as antigas famílias — grega, romana, germânica, indiana, todas sob a autoridade suprema de um chefe — o pai ou "pater familias" onde o parente masculino de mais idade, o ascendente mais velho, é senhor absoluto em sua casa; ele tem poder de vida e de morte sobre os filhos, sobre os bens e os escravos dos mesmos. Os filhos se diferenciam dos escravos apenas, porque um dia, poderá ele mesmo, ser chefe de família.

Estudos, mais profundos de etnografia e pré-história não tardaram em opor desmentido formal a uma doutrina que, além de basear-se em uma tradição milenar, reunia os nomes de Grote, de Lange, de Greef, e outros.

A primeira reação partiu de Bachofen, que afirma ter a família, como organização, surgido não sob a forma patriarcal, porém matriarcal, ou por parentesco uterino. Daí o ser subordinado à autoridade materna, a uma ginecocracia, sendo pois o patriarcado ou a família por parentesco agnático, posterior ao matriarcado.

Estudando a família no contexto social é a primeira das sociedades. Surge espontânea e naturalmente do próprio homem, que precisa propagar-se, aperfeiçoar-se e completar-se nos aspectos biológicos, espiritual, sexual, etc.

Nela — sociedade familiar — a atração mútua é o amor que leva os cônjuges a doar-se e aceitar-se mutuamente, a formar uma verdadeira comunidade de vida e de interesses, a auxiliar-se nas iniciativas e trabalhos, a compreender-se como amigos e a perpetuar-se, já que esse amor é fecundo nos próprios filhos.

Fundamentada no casamento — tem a família, na geração e educação dos filhos, na complementação e aperfeiçoamento, dos cônjuges, na harmonia e desenvolvimento da sociedade humana, os seus fins essenciais.

Na família, composta de pai, mãe e filhos ou outras pessoas ligadas pelos laços de parentesco, com suas qualidades e suas psicologias, devem colaborar e desempenhar seus papéis, para a harmonia do lar. O grupo deve se desenvolver junto, realizando uma comunidade onde todos se eduquem mutuamente. Assim, havendo relacionamento interpessoal, será uma família orientada para funcionar, não como um grupo monárquico, mas como uma equipe, na qual a mulher participará da liderança com o marido, e em que a autoridade

exercida por ambos se apresente em forma de diálogo e de serviço promocional.

Baseada no amor que é a fonte da harmonia social, haverá na família diálogo generoso entre seus componentes, maior obediência dos filhos aos pais, sendo então superados os denominados “conflitos de gerações”, tão comuns nos dias atuais e provocados pelo aceleração das mudanças sociais.

Só o esforço global de acomodação ao presente, dará os resultados a que se propõe a sociedade familiar.

De um lado — dos mais velhos — renúncia a egoísmos e dogmatismo que nada constroem; de outro — os jovens — uma mentalidade capaz de aceitar a experiência daqueles, adaptando-a aos novos modos e desenvolvimento da convivência moderna.

A família assim formada, será entrosada no processo de transformação social e se constituirá um dos instrumentos formativos educacionais do homem.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

GENERALIDADES

Quando Malthus (Thomaz Robert) em sua obra mundialmente famosa “ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO”, defendeu a tese de que a população mundial crescia em progressão geométrica, enquanto produção de alimentos crescia em progressão aritmética, lançou o germen da limitação da natalidade, indicando que o crescimento populacional é maior que o de meios de subsistência. Sustentou que o crescimento demográfico só não se torna intolerável, devido às guerras, epidemias e a fome crônica, que dizima o excesso demográfico. Sabe-se que em cada quatro minutos morre no mundo uma pessoa de fome, se não seja a morte por fome aguda, veria ainda a desnutrição que leva à morte lentamente, diminuindo a resistência dos

indivíduos. Fora duramente criticado, pois só levava em conta a explosão demográfica, abstraindo-se da explosão tecnológica, que abriria perspectivas praticamente ilimitadas para a produção de alimentos. Posteriormente, Malthus complementou sua opinião, tanto assim, que na segunda edição de seu "Ensaio", embora o autor mantivesse o "princípio da população", como base de sua teoria, deslocou para o segundo plano a questão das proporções matemáticas, introduzindo um elemento consciente, representado pelo que denominou de "intuição moral", propondo uma forma susceptível de pôr um freio ao crescimento populacional espontâneo pelo retardamento da idade nupcial e rigorosa continência sexual.

REVISÃO DA LITERATURA

A contracepção é conhecida desde a mais remota antigüidade. Com Hipócrates, onde nos escritos que lhe são indevidamente atribuídos, relewa-se o capítulo intitulado "Dela nature de la femme", conselhos anticoncepcionais por ingestão de MIZY — uma mistura contendo sulfato de ferro básico e sulfato de cobre. Seria, pois, a primeira referência aos anticonceptivos orais no V século A.C., isto sem falar nas alusões mitológicas e não médicas de Antonius Liberalis que são "Recueil de Metamorphoses" em que relata a lenda de Minos rei da Creta e de Pasephaé.

Entretanto, os contraceptivos usados naquela época, não tinham por fim, causar a limitação da natalidade, mas proteger a mulher contra infecções, ou mesmo uma gravidez indesejável.

Seguindo a mesma trilha, no século XVI, Gabriel Fallópio, aconselhava usar o "MUNDUM", pequeno tubo de linho mergulhado em decoto de ervas adstringentes, como preservativo, talvez, o precursor de "CONDON", mas, usado com a finalidade de lutar contra a sí-

filis chamada pelos franceses como mal napolitano, e pelos italianos de mal dos franceses, isto por volta de 1555.

Se a teoria malthusiana quanto ao crescimento da humanidade e suas implicações catastróficas para o homem, falhou — o exemplo não é válido hoje, porque suas preocupações e formulações eram empíricas, e portanto não fundamentadas em leis econômicas. Porém, o grande mérito de sua teoria foi despertar na consciência dos sociólogos, economistas, governos e sobretudo nos tecnoginecologistas, o problema do acelerado crescimento demográfico, que se transforme no ano 2000 um espectro para a humanidade.

Talvez analisado sobre este prisma é que tenha surgido o primeiro movimento em favor do planejamento familiar em 1912, tendo como precursor MARGARETH SINGER, nos Estados Unidos. Em 1952, tomou caráter internacional com a fundação da Federação Internacional de Planejamento Familiar. Nesse mesmo ano o problema populacional foi levado à Assembléia Geral das Nações Unidas, pela representante na Noruega.

Entre nós, o movimento pioneiro sobre dinâmica populacional conta um decênio.

Em 9 de abril de 1967, a VIII Conferência Internacional de Planificação Familiar, que se reuniu em Santiago-Chile, adotou o título de "PATERNIDADE CONSCIENTE" — Deveres e Direitos Humanos, mostra que a preocupação fundamental gira em torno da procura do bem-estar e da dignidade humana individualmente.

Pergunta-se qual é exatamente a natureza do problema populacional e quais suas implicações para a comunidade? Que se entende por paternidade consciente?

"É o direito do casal de ter os filhos que desejar, no momento que julgar oportuno, e o *dever* que cada casal tem

de amar, nutrir, alimentar, educar seus filhos. É também o direito que tem cada criança de encontrar um lar digno, e estável que lhe proporcione os meios para atingir o seu pleno desenvolvimento como Homem, e seu desenvolvimento físico e mental representado na sua herança genética.

Controlar a natalidade, diz Rodrigues Lima, não é extingui-la, mas, orientá-la no sentido do bem-estar da família e da sociedade.

PLANIFICAÇÃO FAMILIAR

Fazendo-se um pouco de reflexão infere-se que a planificação da família sempre foi empiricamente praticada por pequena parcela da sociedade economicamente mais favorecida. Essa parcela, de uma forma ou de outra, limita sua prole pelos métodos tradicionais, razoavelmente eficazes para ela, porém os menos favorecidos economicamente, talvez, pelos precários recursos educacionais não o fazem, e aqui atinge-se o âmago do conceito básico da dinâmica populacional, que a de *qualidade* e não de *quantidade*.

No estágio atual das ciências sociais, configura-se inadmissível o equacionamento racional dos problemas de saúde sem considerar na devida amplitude, as questões de natureza econômica, e os fatores de ordem demográfica.

MYRDAL, na conferência da abertura dos trabalhos da Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde em 1959, afirmava: que "o valor econômico da prevenção da morte está na íntima dependência de achar-se em curso um desenvolvimento econômico de ordem tal, que assegure trabalho produtivo para maior número de pessoas que se conservam vivas, e que se a situação econômica é estagnada do ponto de vista econômico, as reformas sanitárias servirão apenas para acelerar um processo tendente a superpopulação relativa e ao maior pauperismo". (2)

DEMOGRAFIA

"Demografia não é apenas o estudo estatístico das populações nem a simples representação numérica dos contingentes humanos, nem a apreciação isolada do crescimento e a evolução do número de habitantes.

Hauser e Ducan, definiram demografia como o estudo do tamanho territorial da estrutura das populações, suas mudanças internas, que podem ser identificadas como natalidade, mortalidade, migrações e mobilidade social.

Parece evidente que as alterações das características qualitativas e quantitativas da população resultam sempre da atuação de fatores extrínsecos entre os quais os de natureza econômica, política e cultural". (3)

A tônica da atualidade é a explosão demográfica, mas o que se tem a focalizar não é aumento da população, porém, seu ritmo acelerado. Segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, atualmente a população mundial cresce na razão de 2% ao ano. Este ritmo parece reduzido, mas não o é. A população mundial alcança hoje três e meio bilhões de habitantes, aos quais se acresce anualmente 65 milhões. O mundo será incapaz de manter tal ritmo de crescimento por muito tempo. A longo prazo, o índice de natalidade terá forçosamente de diminuir ou então, o índice de mortalidade precisa aumentar. Daí uma noção falsa, é que a natalidade aumentou muito, vindo o termo "explosão populacional" pelo elevado índice de natalidade.

O que realmente ocorre, é a baixa do índice de mortalidade que foi grandemente acelerado após a Segunda Grande Guerra, particularmente nos países em desenvolvimento. Esta redução foi produzida, em parte pela medicina, através da aplicação dos novos preceitos de Saúde Pública e aperfeiçoamento na arte de curar, razão porque nos países em desenvolvimento como os da África, da Ásia e América

Latina, o índice de natalidade supera em mais de duas que nos Estados Unidos e Europa, resultando daí que o crescimento populacional é mais agudo, justamente, nas áreas onde *tem* menores possibilidades de ser absorvido, e as desigualdades politicamente perigosas e as disparidades humanitárias entre áreas abastadas e as pobres, são acentuadas pelo mais fundamental dos processos vitais. Não seria exagero afirmar que há dois tipos de países no mundo: aqueles de elevado padrão de vida e baixa fertilidade e os caracterizados por baixo nível de vida e elevada fertilidade. Equacionando o problema em relação à densidade populacional, sabe-se que a densidade demográfica da América Latina não é senão de 12 habitantes por km², metade da mundial, 1/5 da asiática, e 1/7 da europeia, o que determina relativa preocupação com crescimento populacional.

Carmen Miró, diretora do Centro Latino-Americano de Demografia das Nações Unidas, responde sim! e, salienta que dois fatos ocorrem simultaneamente na América Latina: *alto índice de crescimento demográfico* e subdesenvolvimento social e econômico, estando o primeiro em aceleração constante e o segundo, tornando-se cada vez mais agudo.

Aqui, leva-se a focalizar o conceito básico, que também se interpreta erroneamente: que o problema populacional é de quantidade; muito pelo contrário, trata-se de questão de qualidade — de se contar com indivíduos com possibilidades de desfrutarem de boa saúde e adequada nutrição, alfabetização, educação, satisfatórias condições habitacionais, trabalho compensador, amplas oportunidades individuais e plena realização pessoal.

Fundamentalmente, o problema reside em evitar que a quantidade de vidas humanas venham influir negativamente sobre a sua qualidade em todo o mundo, então, que categoria de cidadãos

necessitaria e não de quantos necessitaria, eis a verdadeira questão.

Precisa-se povoar áreas de densidade demográfica baixas como na América Latina e particularmente o Brasil, mas, povoar com indivíduos capazes, bem nutridos, com a possibilidade de ter habitações em condições sanitárias satisfatórias, educação, e padrões de vida humana.

É bem sabido que o movimento de migrações internas, aumenta dia a dia, das áreas rurais para as zonas urbanas, desfalcando cada dia, mais e mais as áreas de produção da matéria-prima de alimentos que são as zonas agro-pecuárias.

Segundo Carmen Miró, em 1960 mais de trinta e um milhões (15% da população) viviam em 20 cidades com mais de 500 mil habitantes; em 1940, somente oito cidades nestas condições, que constituem no total de 12 milhões de indivíduos. Assim, a população urbana cresce mais de 5% ao ano, havendo portanto uma superurbanização com suas graves conseqüências: falta de habitação, problema de desemprego, ocupação de pessoas em atividades não produtivas, etc.

A queda da mortalidade global, da mortalidade infantil, acrescida com a alta fertilidade dão um aumento de população jovem, não produtiva, e que necessita de maior quantidade de alimentos, pois, o jovem consome maior quantidade de calorias que o adulto, proteínas (o adulto 1 kg dia), o adolescente a quota é maior, pois seu organismo está ainda em anabolismo, e consumindo mais: com educação, vestimenta e atividades outras. Maior consumo portanto, sem produção. E o estado mental? É assunto em voga a poluição: sonora, do ar, da água, cada vez mais acentuada nos aglomerados humanos.

Impressionante se torna a reflexão sobre muitos índices de patologia social como: suicídio, crimes, transtornos mentais, toxicomanias, que se manifes-

tam mais acentuadamente nos setores onde a superpopulação é mais aguda.

O PROBLEMA DO BRASIL

O Brasil tem uma imensa área a povoar, um grande território, é um país continente, pois sua largura leste-oeste partindo da ponta de Seixas perto do Cabo Branco na Paraíba, até a Serra do Divisor na fronteira com o Peru, mede 4.328 km, e chega ser um pouco maior do que a distância norte-sul, que vai do Caburá, na extremidade setentrional à Curva do Sul, no arroio Chui no Rio Grande do Sul, com 4.320 km.

É no mundo, o quarto país de maior área territorial contínuo e o oitavo em população. "A média de oito habitantes por km² mostra-se baixa em comparação com a de países como os Estados Unidos da América e o México, sendo porém de ordem das dos países sul-americanos. Ela se explica, aliás, pela concentração em determinadas zonas, sobretudo as litorâneas, em detrimento das demais". (4)

Repetimos, o Brasil tem uma imensa área a povoar, porém, povoar de brasileiros que tenham meios de subsistência, habitação condigna, educação, enfim, condições para sobrevivência e convivência social.

A Transamazônica está aí a exigir braços para sua construção e povoamento racional das grandes áreas desbravadas. O Brasil é um país que desperta numa arrancada para o desenvolvimento. Mas, para construir-se uma grande nação não é necessariamente quantidade, mas sobretudo, qualidade da população.

As classes mais abastadas, ou pela educação, esclarecimentos ou porque têm consciência de suas responsabilidades, já fazem o neo-malthusianismo desde longa data. A prole destas classes é geralmente reduzida, justamente esta, que menos problemas enfrenta: com habitação, educação, vestuário e alimentação. Mas, as classes menos fa-

vorecidas econômica e socialmente, são mais prolíferas ou por ignorância, ou por falta de orientação, ou mesmo de meios e é justamente onde se encontram famílias com prole numerosa, sem as mínimas condições humanas de vida, habitando em favelas, mocambos ou habitações similares. Em que pese o esforço do Governo com o "Plano da habitação, para a arradicação das favelas, difícil será a tarefa, se não houver um meio de racionalizar a natalidade e aqui repete-se o que diz o Professor Rodrigues Lima: **CONTROLAR NÃO É EXTINGUIR A NATALIDADE.**

É evidente que a evolução social contemporânea reconhece a necessidade do planejamento familiar, o que traz como consequência o estudo do controle da natalidade.

Diante da complexidade da vida atual, a família deve ser planejada, para seu bem-estar e o da sociedade em que está inserida.

O movimento demográfico brasileiro, caracterizado por uma alta natalidade razoavelmente baixa e em declínio, apresenta uma tendência de crescimento que se pode concluir entre as mais intensas do mundo. Por ocasião do último censo demográfico, a população é de 10 vezes maior que a do primeiro censo, em 1872.

Em razão da baixa da mortalidade particularmente infantil, a taxa de crescimento demográfico no Brasil cresceu 3,18% no decênio de 1940/1950 para 2,79% no período de 1950/1960, declinando ligeiramente para 2,70% no decênio de 1960/1970.

Cotejando dados de outros países, a população brasileira é uma das que mais cresce no mundo, e mesmo assim o Brasil é um país de baixa densidade demográfica. Esse baixo nível de povoamento, que encontra similares tanto em países em desenvolvimento como em desenvolvidos, não é um povoamento uniforme. Apresenta variações, passando de 1.03 hab./km² na região nor-

te, ao máximo de 43,90/km² na região sudeste. Mas há ainda a considerar que há maior concentração de população nas zonas urbanas, que nas zonas rurais, sendo estas onde estão concentradas as fontes produtoras de alimentos, ou seja, as zonas agropecuárias.

Os 94,4 milhões de brasileiros apurados no censo de 1970, trouxeram uma sensação de alívio e de animação. O Brasil havia crescido numa média de 2,7% na década de 60/70, contra 3,1% na década de 40/50, e mais ainda, 2,4% nos últimos anos de 1965/1970.

Isto significa uma taxa animadora em termos de controle da natalidade. Esta taxa de 2,7 embora animadora ainda é alta, e analisando a luz desses mesmos números verifica-se que a população brasileira duplicará nos próximos 26 anos. Caso ela se apresente reduzida para 2,5%, somente duplicará aos 28 anos, o que significa ganhar dois anos, e se reduzida para 2% apenas, a população duplicará em 35 anos. (5)

A diminuição do ritmo tem sido usada pelos adversários do planejamento familiar como uma demonstração de que não é necessário nenhuma política de controle para fazer com que a população diminua a intensidade de seu crescimento, que já vem acontecendo normalmente.

Num país jovem como o Brasil e em desenvolvimento, não é fácil aos partidários do controle da natalidade, demonstrarem que poderá aumentar ou acompanhar o avanço do progresso, diminuindo a população. Como desenvolver um país com a extensão do Brasil, com o número de habitantes estagnados ou em declínio? Nas suas arrancadas para o próprio desenvolvimento, quase todos os países desenvolvidos revelaram forte aumento demográfico incluindo grandes contingentes de emigração. Geralmente, coincidência ou não, o auge de expansão de suas economias coincidiu com as suas mais altas taxas demográficas.

O Ministro Delfim Neto (Antonio) respondeu em Compenhague ao discurso com que o Sr. Mac Namara (Robert) advogou perante o Banco Mundial severas restrições ao aumento populacional dos países subdesenvolvidos. Disse o Ministro da Fazenda do Brasil que o ex-Secretário da Defesa Norte-Americana estava atacado de "demofobia" não tendo nenhum direito de interferir em assuntos de competência interna das nações. Problema de dosar o número de filhos pertence aos pais, ao casal, jamais aos economistas, e considera mais dispendioso cuidar dos meios anticonceptivos do que acelerar o desenvolvimento.

Mac Namara responde que se quantidade de gente valesse, Irsael na guerra dos 6 dias não teria derrotado os árabes em número de 10 vezes maior que os judeus.

Mas Ben Gurion, quando chegou à Palestina em 1906, era subpovoada, e sonhava ver lá 5.000 mil judeus, e acrescenta: hoje somos três milhões, precisamos ser oito milhões. As mulheres de Israrel devem ter pelo menos quatro filhos.

O problema é muito controvertido. O próprio Presidente Médici já fixou posição em seu governo, ao dizer no Instituto Histórico, que "violenta a nossa sensibilidade a alternativa, que, iníqua se sugere ao Estado tomar como seu o problema do controle da natalidade, quando convencidos estamos de que só lhe compete chegar à intimidade da família pela educação respeitando o inalienável direito decisório de cada um". (6)

Cada brasileiro, portanto, está livre para decidir sobre o número de filhos e o intervalo entre o nascimento dos mesmos. Afasta-se assim, de saída, qualquer hipótese de um controle compulsório pelo Estado do qual, aliás, não se tem até hoje, qualquer notícia de exemplo com resultado positivo em qualquer país.

O fantasma do Malthusianismo, segundo o qual a espécie humana viria passar fome, andou desacreditada, mas recentemente voltou a projetar o seu pessimismo sobre um mundo que continuou procriando assustadoramente.

Ora, é sabido que a elevada natalidade é uma das características dos países onde predomina o pauperismo: na medida em que se processa o desenvolvimento, com o incremento das atividades industriais, aumento proporcional da população urbana, ampliação da faixa de alfabetizados, reduz-se em conseqüência, o número de nascimento. É precisamente o que vem ocorrendo no Brasil, onde a taxa de natalidade de 34,0 por mil no período de 1940/50, declinou para 27,7 no período de 1960/70.

A natalidade representa um indicador do nível de desenvolvimento, mas não seria a mudança isolada desse fator que iria alterar as condições estruturais da sociedade. Porém, se as classes mais favorecidas economicamente planejam suas famílias, as de renda "per capita" mais baixa, não o fazem, e se não o fazem, talvez seja pelo desconhecimento, por ignorância, e aos tecnólogos cabe orientar aos casais para regular a natalidade criando assim uma paternidade responsável, e que todas camadas da sociedade sejam esclarecidas, quanto aos métodos científicos hoje existentes, e, que cada qual conscientemente e de *livre arbitrio* constitua a sua família de acordo com os seus desejos, aspirações e preferências.

Isto não significa que haja uma determinação quanto ao número de filhos, uma imposição de controle da natalidade, não, pois até a legislação brasileira favorece a prole numerosa com o "auxílio-família", enquanto países há como no Paquistão, que pelo contrário, acima de cinco filhos há um imposto proporcional.

O que se pretende com o Planejamento Familiar é orientar, educar, quanto aos processos de limitação da

natalidade, sem contudo, impor o número de filhos, e quando o casal deve tê-los.

Assim é que a Sociedade do Bem-Estar Familiar (BENFAM), que fundada há seis anos tem como objetivo, promover e propugnar pelo bem-estar da família, como célula constitutiva da nação por meio de:

- a) Informação, motivação, educação e paternidade responsável;
- b) Estudo da fisiologia da reprodução humana e ulterior aplicação no que possa contribuir para o bem-estar da família;
- c) Realização de pesquisas científicas de caráter médio, psicológico, sócio-econômico e demográfico;
- d) Orientação, quer diretamente, quer por meio de outras instituições congêneres já existentes, a respeito da posição da família na sociedade;
- e) Auxiliar a entidades com finalidade de orientação familiar e criação de serviços próprios, quando julgados oportuno.

Planejar a família é colocá-la dentro das possibilidades sociais, econômicas e psicológicas com a finalidade precípua de obter o seu bem-estar. Desta forma, será meta das clínicas da BENFAM no Brasil:

I) Esclarecer as pacientes sobre a responsabilidade que tem para com os filhos já nascidos, para os que ainda nascerão e para com a sociedade em que se acham inseridos;

II) Combater o aborto provocado pelo emprego de métodos anticoncepcionais;

III) Tratamento do casal estéril;

IV) Detecção precoce do cancer ginecológico. (7)

MEDIDAS PRÁTICAS

A fase para o estabelecimento de uma sociedade conjugal é extremamente importante na vida do indivíduo, diferente das demais épocas da vida de cada um, com características próprias

quer do ponto de vista físico-psíquico ou social. É um evento importante para cada indivíduo e como tal, é do máximo interesse dos pais, ou responsáveis e de outros membros da família.

Não seria então melhor preparar o terreno para este evento no que tange a paternidade responsável?

No conteúdo da programação das preleções dos cursos pré-nupciais deve ser incluída uma parte sobre o 'planejamento familiar' dando enfoque à "paternidade responsável".

Recomendam-se medidas que conscientizem os jovens em relação à *Família e à Paternidade Responsável*. Talvez seja o papel da informação mais importante, como a maneira mais evidente de transformar atitudes. O homem é um animal social e deverá continuar a sê-lo para sempre. O problema fundamental é descobrir como tornar cada indivíduo capaz de utilizar ao máximo sua liberdade, capaz de liberar sua capacidade individual de criação e ao mesmo tempo continuar um membro integrado em seu grupo. Então, esta primeira fase deve ser a escolar.

A escola incumbe a tarefa primordial de assegurar o desenvolvimento intelectual dos educandos a ela confiados, como também o seu desenvolvimento físico e moral. É a educação integral que deve ser harmônica, condensada. O educando na adolescência deve ser orientado, e no programa, a unidade de educação sexual deve ser dada ênfase à paternidade consciente.

Desta maneira, já foram abordados dois ângulos em que se pode ter penetração: os inscritos no curso pré-nupcial e os escolares na faixa etária a partir da adolescência.

Entre os meios que se dispõe para se chegar ao casal que pretende constituir família e orientá-los conscientizando-os, convém citar:

I — Pelas Circunscrições de Registro de Pessoas Naturais: a) quando entregam a documentação para a habili-

tação do casamento civil; b) quando vão fazer o registro de nascimento de filho.

II — Nos Centros de Recrutamento Militar, onde os programas de educação sexual devem ser ministrados não somente sobre doenças venéreas, mas também sobre instituição da *família* e a *paternidade responsável*, dando maior conteúdo para aqueles cuja condição sócio-econômico seja baixa pelos motivos já demonstrados em outra parte deste trabalho.

III — Centros de Saúde, nas Clínicas de Ginecologia e Pré-Natal, nas Maternidades, nos Bancos de Leite Humano, e nas Crèches.

Convém lembrar mais uma vez, que a programação deve ser dosada com base no grau de instrução e condição social do indivíduo, porque o grupo social de boa, ou ótima situação sócio-econômica já faz o seu planejamento familiar, deixando a vaga para outro que necessite da colaboração da entidade.

É de máxima importância se pensar numa maneira para manter os casais motivados com medidas práticas como: prêmios, auxílios outros, para assegurar o interesse em prol da paternidade responsável.

De resto, deve ser estudado o meio que se dispõe para o intercâmbio entre as unidades relacionadas nos itens I, II e III, que, se não for, por intermédio de convênios, poderá ser objeto de estudo de outra maneira mais viável.

É preciso ficar em mente que, a paternidade consciente será sempre o grande suporte para o desenvolvimento do país, pois conta este com indivíduos conscientes de suas responsabilidades, baixando a taxa daqueles que apenas representam um peso morto para a nação.

SUMÁRIO

O aumento da população mundial, mais particularmente o Brasil, a despeito do grande desenvolvimento da tec-

nologia, projeta-se ameaçadora, talvez num futuro que não seja muito remoto.

É bem verdade que também existe a explosão tecnológica, porém, esta não alcança à populacional.

As classes economicamente mais favorecidas racionalizam, planejam a sua família, enquanto que, as menos favorecidas, cabe às instituições orientar, sobre os meios científicos de que se dispõe para que não haja uma superpopulação sem qualificação, isto é, que o problema não seja de quantidade e sim de qualidade.

A adequação do ajustamento do indivíduo, depende em grande parte da severidade de seus problemas. Se as situações a que precisa ajustar-se não

apresentam (considerando-se suas capacidades) excessiva dificuldade, terá menos tendência para recorrer a comportamento associal ou atípico e tenderá portanto a ser ajustado. Ao contrário, a frustração severa e contínua de suas necessidades tende a provocar desajustamento, pois, em situação de desespero, o indivíduo se agarra a qualquer coisa que provoque a redução da tensão ligada à frustração de suas necessidades.

Concluindo, são os casais bem orientados que decidem quando e quantos filhos desejam, o que é um problema estritamente pessoal, mas que dessa orientação, dessa instrução surja uma PATERNIDADE CONSCIENTE.

BIBLIOGRAFIA

- BORELSON, Bernard — Tocoginecologista e os problemas mundiais de população — GO — Revista — outubro 1970.
- Cadernos de Estudos Brasileiros — Discursos, ensaios e conferências — Rio de Janeiro — Universidade Federal — Forum da Ciência e Cultura (1).
- ECHEVARRIA, José Medina e Outros — Desenvolvimento, Trabalho e Educação — Zahar Editores — Rio de Janeiro — 1967.
- FILHO, Murilo Melo — O Milagre Brasileiro — Edições Bloch — (5) (6).
- GALACHE, G. Zanuy, PIMENTEL, Mío — T — Construindo o Brasil — Edições Loyola — São Paulo — 1972:99.
- GO — Revista — Setembro de 1967.
- GO — Revista — Outubro de 1972.
- LAMBERT, Jacques — América Latina — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1969.
- KRECH, David — CRUTCHFIELD, Richard — S. Elementos de Psicologia — Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais — São Paulo — 1971:375 a 379.
- MELLO, Carlos Gentile de — População, Saúde e Desenvolvimento — Documento técnico produzido para o CEPAS — Seminário de Estudos — Problemática — Ética Hospitalar — GB — Janeiro de 1972: (3).
- Ministério das Relações Exteriores — Brasil — Situação — Recursos — Possibilidades — Brasília — 1969: 204-205 (4).
- MOULY, George J. — Psicologia Educacional — Livraria Pioneira Editora — São Paulo — 1960.
- NEIVA, Alvaro — Educação Moral e Cívica e as Instituições Extraclasse — Livraria José Olympio Editora — Rio — 1972.
- PALMER, Raul — La contraception Colloque — Masson et Cie Editeurs — Paris — 1963.
- PATERNIDADE CONSCIENTE, Dever e Direitos Humanos — Resumo dos trabalhos da VIII Conferência Mundial da Federação Internacional de Planificação de Família, realizada em Santiago do Chile de 9 a 15 de abril de 1967:15 (2).
- PIMENTA, Joaquim — Enciclopédia da Cultura — Sociologia e Ciências Correlatas — Freitas Bastos — 1.ª edição — 1955.
- SOCIEDADE DE BEM-ESTAR FAMILIAR DO BRASIL — O que é — Programa — Como funciona (7).
- DECRETO-LEI n.º 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências.
- DECRETO n.º 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que regulamenta o Decreto-Lei 869/69.